

PDT e PT fazem abaixo-assinado por mandato de 4 anos

BRASÍLIA — Um abaixo-assinado em que cerca de 200 constituintes comprometeram-se a votar a favor de um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney no capítulo das Disposições Transitórias, independente do sistema de governo aprovado agora, será divulgado hoje de manhã depois de uma reunião conjunta das bancadas do PT e do PDT. Os dois partidos fecharam questão em torno do presidencialismo, vão manter a decisão e acreditam que seus 40 votos serão decisivos para a manutenção do atual sistema de governo.

Só que PT e PDT querem se diferenciar dos presidencialistas que apóiam o presidente José Sarney. Por isso resolveram divulgar o manifesto horas antes do início da sessão. "Estamos, sem dúvida, em companhia bastante desagradável, Sarney, Antônio Carlos Magalhães e Prisco Viana. Mas assumimos esse risco com serenidade", confessou Noel de Carvalho (PDT-RJ).

Para que a coincidência de posições com o governo se limite ao sistema de governo, os dois partidos, além do manifesto, anunciarão que seus 40 votos serão dados ao destaque apresentado à emenda presidencialista de Humberto Lucena (PMDB-PB), estabelecendo quatro anos de mandato para todos os presidentes da República.

Ameaçado — Antes da reunião conjunta, os dois partidos se reuniram separadamente. O PT discutirá, entre outras questões, a posição do deputado João Paulo Pires (PT-MG), parlamentarista convicto que, na semana passada avisou ao líder do partido, Luís Inácio Lula da Silva, que não é leninista e não aceita o princípio do centralismo democrático. João Paulo já decidiu se abster na votação de hoje, mas ainda não sabe se votará na emenda parlamentarista de Egídio Ferreira Lima (PMDB-CE). Se o fizer, correrá o risco de ser punido — como aconteceu com Bete Mendes e Ailton Soares em 85: votaram em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e foram expulsos do partido.

Embora haja outros seis parlamentaristas *doutinários* no PT, entre eles o próprio Lula (os outros são Benedita da Silva, do Rio de Janeiro, Irma Passoni, Luís Gushiken, Plínio de Arruda Sampaio, de São Paulo, e Paulo Paim, do Rio Grande do Sul), apenas João Paulo ousa divergir. "Sou disciplinado", anunciou Paulo Paim. "Minhas convicções não são importantes diante da decisão do partido", reforçou Plínio, para quem a votação no parlamentarismo configurará "um ato de indisciplina".

Declaração — No PDT, apenas Moema São Thiago e Lysiane Maciel (RJ) divergem abertamente. O deputado Amaury Muller (RS) e o senador Mauri-

cio Corrêa (DF) são parlamentaristas, mas seguirão o partido. Moema votará contra, até porque já brigou com Leonel Brizola há algum tempo. Lysiane ontem pensava em fazer uma declaração de voto pró-parlamentarismo.

Além de discutir a posição dos dissidentes, o PDT na sua reunião das 9h, vai escolher o orador que defenderá da tribuna a emenda presidencialista em nome do partido. Há dois candidatos: Vivaldo Barbosa e o líder Brandão Monteiro, ambos do Rio de Janeiro. O PDT discutirá também como agir se a emenda for aprovada. Segundo Brandão Monteiro, o próprio Brizola já autorizou a bancada a negociar com os parlamentaristas a aprovação de destaques que retirem parte do poder do presidente da República, como a nomeação de um primeiro-ministro que tenha função de coordenador político.

Segundo o deputado Noel de Carvalho, o ex-governador Leonel Brizola está acompanhando essa decisão da Constituinte com preocupação mas "sem angústia". Brizola disse a ele na última sexta-feira que, para o PDT, "qualquer resultado é bom". Brizola acha que com o presidencialismo é candidato imbatível à Presidência da República e que a aprovação do parlamentarismo lhe dará uma grande bandeira para a campanha: a derrubada, por plebiscito, desse sistema.



Lula vive drama de consciência: se votar pelo presidencialismo, dá vitória a Sarney

Mudança de voto gera cobrança

No final da sessão, a deputada Sandra Cavalcanti não escondia sua irritação com as pressões do Planalto em favor do presidencialismo. Ao aproximar-se de uma rodinha de deputados, alguém perguntou:

— E então, Sandra, ganha o parlamentarismo?

Encarando o deputado Ricardo Fiúza, ela respondeu:

— Eu ainda fico escandalizada com o fato de alguém mudar de voto para poder controlar uma repartição de arrecadação de tributos numa cidade do interior.

Fiúza, polidamente, não respondeu. Ao lado, o deputado Cunha Bueno (PDS-SP), o único monarquista da Constituinte, quis ser engraçado:

— Deputada, amanhã vou orientar a bancada monarquista a votar pelo parlamentarismo.

— Só se for diante do espelho — devolveu Sandra. E afastou-se.

Votos que são conseguidos "no corredor"

"Nós estamos trabalhando com um contêiner de variáveis, impossível prever quem será o vencedor". O desabafo do deputado Fernando Lyra, ele próprio parlamentarista da hora derradeira, refletia na noite de ontem o quadro de incertezas quanto à votação do sistema de governo na Constituinte. As variáveis são muitas e não se sabe se a emenda presidencialista de Humberto Lucena conseguirá quórum na primeira rodada de votação, o que poderá ocorrer hoje à tarde.

O deputado Maurílio Ferreira Lima, um dos signatários da emenda

presidencialista, preocupava-se com os chamados "votos de corredor". Este é um tradicional recurso usado por parlamentares indecisos que esperam a primeira votação, negando quórum, para decidir na segunda. Caso se confirme a falta de quórum, a segunda votação se dará 24 horas depois, e nesse período os ausentes tornam-se peças-chaves na votação. Pelo menos por 24 horas viram reis, *papirizados* pelos dois lados.

Não ficam apenas nestes dois exemplos as variáveis. Tanto presidencialistas como parlamentaristas gastam horas para analisar comportamentos de governadores. O chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, convocou todos os governadores presidencialistas para entrar no jogo de corpo-a-corpo junto aos constituintes. A dúvida entre os políticos era descobrir qual governador estava fazendo a *mise-en-scène* presidencialista ou jogava para valer. Explica-se: governado-

res são sensíveis a verbas federais e temem adotar uma postura escancarada contra o presidente. Por conveniência política, fingem uma posição de defesa de Sarney. Mas na maioria dos casos decidem dividir a bancada — e assim ficam bem com os dois lados.

Também é da prática política não decidir nada enquanto houver tempo para mais conversas. É muito provável que o bloco do "voto do corredor" seja muito numeroso hoje, porque além dos conhecidos vacilantes podem estar entre eles os parlamentaristas que preferem dar tempo à negociação. Nesse caso, a decisão para valer só se dará amanhã. Os políticos de última hora têm contra eles, entretanto, a determinação de Ulysses Guimarães, que quer ver o problema resolvido logo, de preferência na primeira rodada.

Etevaldo Dias

Ministro do Tribunal de Contas não será mais vitalício

BRASÍLIA — Quem for nomeado para o Tribunal de Contas da União não gozará mais de vitaliciedade e deverá deixar o cargo de ministro após cinco anos de exercício, sem direito a recondução. A Constituinte decidiu também aumentar de nove para 12 o número de integrantes do TCU. Dois terços dos ministros serão indicados pelo Congresso e um terço pelo presidente da República.

Além de perder a prerrogativa de nomear a totalidade do TCU, o presidente não terá mais liberdade para dar o cargo a quem quiser. Os quatro nomes indicados pelo Executivo necessitarão de aprovação do Senado e dois deles sairão de lista tríplice de auditores do Ministério Público que o TCU fará, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.

Se até a promulgação da Constituição não surgirem mais vagas, o atual presidente da LBA (Legião Brasileira de Assistência), Marcos Vilaça, amigo que o presidente José Sarney nomeou para o TCU, terá sido o último a chegar o cargo pelo critério da amizade.

A Constituinte decidiu, ainda, ampliar as exigências para acesso ao TCU. Além de idade entre 35 e 65 anos, o ministro deverá ter notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis e de administração pública. A

vitaliciedade dos atuais ministros foi mantida.

A reformulação do TCU foi aprovada por 326 votos contra 25, e duas abstenções. Na mesma sessão, o plenário decidiu por 321 votos a 27 que as Constituições estaduais deverão elevar de cinco para sete os conselheiros dos Tribunais de Contas dos estados.

A competência do TCU ficou assim definida: "Realizar inspeções e auditorias de natureza financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial, inclusive quando forem requeridas pela Câmara dos Deputados e o Senado Federal, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário".

Com o objetivo de evitar que a União libere recursos para os Estados sem a vigilância de um órgão fiscalizador, como acontecia na gestão de Aníbal Teixeira na Secretaria de Planejamento, o plenário decidiu também que o TCU vai "fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, a Estado, ao Distrito Federal ou a município". Essa decisão foi tomada por 326 votos a 13 e, por 333 votos a nove, decidiu-se que o TCU pode "sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal".



Santana (E) consulta texto, numa sessão marcada pelos cochichos e acertos no plenário

Plenário vota e conversa

A toque de caixa, o plenário lotado votava a parte final da organização do Poder Legislativo. Mas o assunto das conversas, cochichos e debates era mesmo presidencialismo ou parlamentarismo, tema da votação de hoje.

"Não deu acordo. Tudo parado, né", perguntava o deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) ao deputado Expedito Machado (PMDB-CE).

A resposta foi um cochicho. Mesmo com a ajuda dos governadores Geraldo Melo, do Rio Grande do Norte, e Tasso Jereissati, do Ceará, as bancadas pemedebistas dos dois estados, até as 16h, não haviam chegado a uma posição comum. No cafezinho do plenário, o senador Aureo Mello (PMDB-AM), saboreando um chá preto, manifestava confiança: "Vai dar presidencialismo. Governo é governo. Na hora H dá tudo e vence mesmo". O senador aguardava a visita de seu governador, Amazonino Mendes, que naquele momento — 16h30min — estava justamente no Palácio do Planalto conversando "sobre presidencialismo" com o presidente José Sarney.

Virada — Um assessor do senador Jarbas Passarinho confidenciou a um jornalista que na bancada do Pará só restava como parlamentarista o deputado Ademir Andrade (PSB).

"Se houve virada eu não sei. Vou decidir em plenário", escapava o deputado paraense Jorge Arbage (PDS), emendando: "Eu e Delfim (Netto) temos uma emenda propondo o presidencialismo e eleições gerais agora em novembro. Até ela ser votada muita coisa pode acontecer.

Vou aguardar argumentos que me convençam. Decido em plenário".

"Hoje é impossível fazer previsões. O que você acha que dá?" devolveu a deputada parlamentarista Cristina Tavares (PMDB-PE), enquanto o deputado Alceni Guerra (PFL-PR) se preparava para uma noite tranquila: "Com a gente não tem negociação. Nós não abrimos mão dos quatro anos. A negociação é lá com o povo do palácio". Alceni defende presidencialismo com quatro anos de mandato. As 18h30min, encerrada a votação do dia, ia para casa descansar para a "batalha" de hoje. "Pode dar parlamentarismo com cinco anos", arriscava.

Abaixo-assinado — Se o plenário fervia em conversas a meio tom, na galeria quase vazia o músico Jards Macalé apreciava a cena, admitindo: "Não acredito nesta Constituinte. Mas já que estou aqui em Brasília, volto amanhã para acompanhar a votação".

No fim da tarde, parlamentaristas levaram ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, um abaixo-assinado de 170 parlamentares pedindo apoio para a emenda Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE). No outro extremo do salão verde, no gabinete do senador Humberto Lucena, presidente do Congresso, os presidencialistas discutiam estratégias a serem postas em práticas na votação de hoje.

"A decisão sai do plenário mesmo", previa o deputado Maurílio Ferreira Lima.

Um assessor de Lucena comentou que à noite (de ontem) os governadores teriam muito trabalho.

— Terão — confirmou Maurílio.

O que foi votado

Artigo 83

IV — realizar inspeções e auditorias de natureza financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial, inclusive quando forem requeridas pela Câmara dos Deputados e Senado Federal nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e demais entidades referidas no inciso II;

V — fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do respectivo tratado constitutivo;

VI — fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII — prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional ou qualquer de suas casas, por iniciativa da comissão competente, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, e ainda sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII — aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, dentre outras cominações, multa proporcional ao vulto do dano causado ao erário;

IX — assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X — sustar, se não atendida, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI — representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

Artigo 84 — A comissão mista per-

manente a que se refere o parágrafo primeiro do artigo 195, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá, pela maioria absoluta de seus membros, solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

Parágrafo 1º — Não prestados os esclarecimentos, ou considerados insuficientes por dois terços dos membros da comissão, esta solicitará ao Tribunal pronunciamento sobre a matéria, no prazo de 30 dias.

Parágrafo 2º — Entendendo o Tribunal irregular a despesa, a comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá ao Congresso Nacional a sustação da despesa.

Artigo 85 — O Tribunal de Contas da União, integrado por doze ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no artigo 114.

Parágrafo 1º — Os ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de idoneidade moral, reputação ilibada e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis e de administração pública, com mais de dez anos de exercício da função ou de efetiva atividade profissional, para um mandato, não renovável, de oito anos, obedecendo as seguintes condições:

I — Um terço indicado pelo presidente da República com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores concursados e

membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;

II — Dois terços escolhidos pelo Congresso Nacional, na forma do Regimento.

Parágrafo 2º — Os ministros, ressalvado quanto à vitaliciedade, terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos ministros do Superior Tribunal de Justiça e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tenham exercido efetivamente por mais de cinco anos.

Parágrafo 3º — Os auditores, quando em substituição a ministros, terão as mesmas garantias e impedimentos dos titulares.

Parágrafo 4º — Os auditores, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, terão as mesmas garantias e impedimentos dos juizes dos Tribunais Regionais Federais.

Parágrafo 5º — É assegurada aos atuais ministros do Tribunal de Contas da União a garantia da vitaliciedade.

Artigo 86 — Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou abusos perante o Tribunal de Contas da União.

Artigo 87 — As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se no que couber à organização e fiscalização dos tribunais de contas dos Estados e do Distrito Federal e dos tribunais e conselhos de contas dos municípios.

Parágrafo único — As constituições estaduais disporão sobre a composição dos tribunais de contas respectivos, que serão integrados por sete conselheiros.

Jânio festeja Sarney e ataca Constituinte

SÃO PAULO — Uma simples troca de telegramas, ontem, mostrou a grande identidade de pontos de vista e posições políticas entre o presidente Sarney e o prefeito Jânio Quadros, e a distância cada vez maior entre Jânio e o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

O prefeito aproveitou o pretexto do pequeno aumento do número de parlamentares paulistas — de 60 para 70, quando o estado pleiteava 80 e, pelo contingente eleitoral, teria direito a 120 — para mais uma vez atacar a Constituinte, o que tem feito quase diariamente nas últimas semanas.

Jânio, ao protestar contra o pequeno aumento do número de parlamentares paulistas, diz ao deputado Ulysses Guimarães que houve "discriminação" contra o Estado e que houve "prevenção manifesta" contra São Paulo, "responsável, no plano cultural e econômico, pelas grandes realizações de trabalho em benefício de todo o Brasil".

Depois de lembrar ao presidente da Constituinte sua condição de paulista, disse que a "injustiça" cometida com o pequeno aumento da bancada "soa como um agravo", e concluiu: "São Paulo não precisa de favores, exige justiça".

Em outro telegrama, enviado ao presidente Sarney, o prefeito reitera pedidos anteriores para a concessão de empréstimos da Caixa Econômica Federal para a prefeitura construir casas populares.

No mesmo dia em que emitiu esse telegrama, Jânio recebeu uma amável mensagem do presidente da República, na qual Sarney agradece o "generoso" apoio do prefeito ao discurso feito aos novos guardas-marinhas semana passada, quando o chefe do governo afirmou que a transição "atravessa instantes de inquietação".

"Vamos repetir mais uma vez o almirante Barroso: o Brasil espera que cada um cumpra o seu dever, o que o prezado amigo tem feito de maneira exemplar", elogia Sarney em seu telegrama.

Capítulo I só termina hoje

Antes de iniciar a votação do Capítulo II, que trata do Poder Executivo e vai definir o sistema de governo, a Constituinte vai votar a iniciativa popular para apresentação de leis ordinárias ao Congresso Nacional, que concluirá o Capítulo I (Poder Legislativo).

A proposta, assinada pelos deputados Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), Nelton Friedrich (PMDB-PR) e Miriam Portela (PDS-PI), não foi votada ontem. Os autores, temendo a possibilidade de rejeição, pediram que a esquerda deixasse o plenário. Com isso, não houve número para deliberação.

O vice-líder do PFL, deputado Inocêncio de Oliveira, pediu que a emenda fosse considerada prejudicada, argumentando que se os autores não estavam em plenário e seus nomes não constavam no painel eletrônico, não poderia ser votada. Mas o deputado Ronaldo César Coelho e a deputada Miriam Portela se utilizaram de mais um truque regimental: foram ao microfone e anunciaram que haviam votado, embora o painel não registrasse.

Sandra conquista apoio de mulheres

As mulheres têm mais chances de chegar ao poder no sistema parlamentarista, de acordo com um dos argumentos utilizados pela maior defensora do parlamentarismo dentro da bancada feminina, de 25 constituintes — a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). E já tem maioria garantida: 13 votam com o parlamentarismo, 10 com o presidencialismo e duas estão indecisas.

Em sua argumentação, Sandra Cavalcanti cita os exemplos de Golda Meir, em Israel; Indira Gandhi, na Índia; Margaret Thatcher, da Inglaterra, e Maria de Lourdes Pintasilgo, em Portugal, chefes de governo em seus países. Sem deixar de lembrar que apenas duas chegaram à presidência: Corazon Aquino, nas Filipinas, para resolver uma crise política que dura até hoje, e Isabelita Peron, na Argentina, deposta pelo golpe militar de 1976.

As parlamentaristas da Constituinte serão relacionadas da tribuna, hoje, por Lídice da Matta (PC do B-BA), que defenderá o parlamentarismo como o melhor sistema — moderno, anti-golpe, com a participação do Parlamento nas decisões.

Parlamentarista por convicção, Irma segue a linha petista de votar no presidencialismo. Segundo a deputada Benedita da Silva, parlamentarista tanto por fidelidade partidária quanto por convicção, o PT tem se reunido sistematicamente para discutir o assunto: "As conclusões sempre levam ao presidencialismo porque o Brasil ainda não viveu o presidencialismo democrático".

A pedetista rebelde Moema São Thiago (CE), que já usou a tribuna para criticar o "caudilismo e autoritarismo do ex-governador Leonel Brizola", pretende votar, contra a orientação do PDT, no parlamentarismo.